

Atuação de instrutores leigos nas academias de ginástica: uma análise a partir dos saberes docentes

The acting of lay instructors at the gyms: an analysis from the knowledge of teachers

PAIXÃO JA, BARROSO YWS, CUSTÓDIO GCC. Atuação de instrutores leigos nas academias de ginástica: uma análise a partir dos saberes docentes. **R. bras. Ci. e Mov** 2016;24(3):112-122.

RESUMO: O estudo analisou a atuação de instrutores leigos em academias de ginástica, bem como a aquisição de saberes e competências necessárias a uma intervenção de qualidade, a partir de uma investigação de campo, descritiva e de cunho qualitativo. Em um ambiente em que as pessoas buscam de forma precípua a saúde e qualidade de vida, esses instrutores, basicamente com formação no ensino médio, fundamentam sua atuação nas vivências como praticantes de musculação e atividades físicas coletivas, normalmente oferecidas em academias de ginástica. Na busca por saberes específicos ao campo do bacharelado, destaca-se o compartilhamento de experiências com outros instrutores e informações acessadas em diversos sites na internet. Evidenciou-se o desejo e a necessidade por parte desses sujeitos de ingressar no curso de bacharelado em Educação Física.

Palavras-chave: Instrutores leigos; Saberes; Competências; Academia de ginástica.

ABSTRACT: The study analyzed the actions of lay instructors at the gyms, as well as the acquisition of necessary knowledge and skills to a quality intervention, from a descriptive and qualitative research. In an environment where people seek health and quality of life, these instructors basically graduated in high school, substantiate their role in the life experiences as practitioners of weight training and collective physical activities, usually offered at gyms. In the pursuit of specific knowledge to the bachelor degree, stands out the sharing of experiences with other instructors and accessed information in several websites. It showed the desire and the need of these instructors to join the course of Bachelor of Physical Education.

Key Words: Lay instructors; Knowledge; Skills; Gyms.

Jairo Antonio Paixão¹
Yuri Windson Santos Barroso²
Glauber César Cruz Custódio²

¹Universidade Federal de Viçosa

²Universidade Federal de Ouro Preto

Recebido: 01/12/2015
Aceito: 03/05/2016

Introdução

As discussões que envolvem os contextos e cenários sociais em que decorrem a formação e atuação do profissional em Educação Física sempre mereceram destaque e preocupação no âmbito acadêmico brasileiro. No entanto, tais discussões ganharam maiores proporções, especialmente, nas duas últimas décadas em função de eventos como: vigência da atual LDB (Lei 9.394/96); a instituição da Lei 9.696/98, que dispõe sobre a regulamentação da profissão em Educação Física; e a instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Educação Física por meio da Resolução CNE/CES n. 7/2004, que foi precedida por polêmicas até a sua aprovação em 2004^{1,2,3}.

No epicentro desses debates e discussões, sempre esteve presente a dicotomia existente entre licenciatura e bacharelado, principalmente no que concerne às atribuições e competências específicas ligadas aos respectivos campos de intervenções que cabem ao professor de Educação Física. Em decorrência desse distanciamento entre uma habilitação e outra, a partir dos eventos mencionados e da própria historicidade que permeia a Educação Física enquanto área do saber e de intervenção, percebe-se que os optantes pela licenciatura almejam, na maioria das vezes, uma formação que seja voltada para o exercício profissional extraescolar. Esses atores, ainda nos cursos de formação, buscam articular diferentes estratégias para desenvolver competências específicas ao exercício da profissão. Nesta busca, inserem-se em grupos de estudos e pesquisas nas áreas de fisiologia do esforço e treinamento desportivo, envolvem-se em estágios extracurriculares efetivados em academias de ginástica, além de participarem de cursos em eventos acadêmicos e científicos voltados ao *fitness*^{4,5}.

Recentemente, tem ganhado corpo a polêmica envolvendo novas discussões sobre as diretrizes da formação superior em Educação Física. Sensível às manifestações por parte de algumas IES públicas e do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), o Conselho Nacional de Educação (CNE), resolveu rever as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Educação Física, Licenciatura. Tendo em vista a Minuta de Projeto de Resolução para audiência pública de 11/12/2015 que explicita no “*Art. 7º. Os cursos de Bacharelado em Educação Física atualmente existentes entrarão em regime de extinção, a partir do ano letivo seguinte à publicação desta Resolução*”. Com isso busca-se retomar a formação generalista que visa preparar o profissional para atuar nos diferentes segmentos campos de intervenção em Educação Física. A argumentação utilizada pelo Prof. Dr. Paulo Barone, relator da proposta das novas diretrizes, fundamenta-se em dois eixos de análise: 1) os cursos de licenciatura formam profissionais generalistas. As especializações devem ser perseguidas através de projetos de educação continuada. Por isso, as licenciaturas devem habilitar os egressos para que possam atuar em quaisquer campos, formais e não formais. 2) toda intervenção de profissional de Educação Física é, em essência, um ato educativo. Portanto, em qualquer campo em que venha a atuar, deve ter a formação pedagógica própria de qualquer licenciatura. Logo, não se justifica a existência de um bacharelado que não contemple os componentes curriculares exigidos para os licenciados.

Sobre essas discussões, dentre os diferentes posicionamentos de instituições de ensino superior, discentes e docentes envolvidos na formação inicial e profissionais atuantes tanto na licenciatura quanto no bacharelado, merece destaque a posição assumida pelo Sistema CONFEF/CREFs. O referido Conselho tem demonstrado em notas direcionadas à sociedade acadêmica e em geral, profunda preocupação com a possibilidade de concretização dessa proposta que busca retomar a formação generalista e colocar fim ao bacharelado. O quadro ressaltado leva ao entendimento de que o posicionamento do Sistema CONFEF/CREF acerca da proposta do CNE que poderá retomar a formação generalista e consequentemente extinguir o bacharelado encontra-se eivado pelo claro objetivo de sobrevivência no cenário profissional da Educação Física.

Cumprir destacar que o Sistema CONFEF/CREF não conta a adesão e muito menos com a simpatia por parte de uma significativa parcela de professores de Educação Física, destaque por aqueles que optaram pela licenciatura. Já há algum tempo, tem-se presenciado uma sequência de medidas arbitrárias adotadas por esse Conselho principalmente

no que concerne à ambiência da escola, como os muitos acordos escusos com prefeituras de algumas cidades na exigência da apresentação do registro no CREF, na inscrição para concursos voltados ao magistério na Educação Básica de escolas públicas. Proibições e ameaças de sanções aos professores de escolas que não possuem o registro e, por sua vez, decidam acompanhar seus alunos em jogos estudantis em ginásios esportivos na cidade em que se localiza a própria escola. Antes de mais nada, a escola enquanto espaço almejado pelo CONFEF/CREF carece de legitimidade. Com isso, não são raras manifestações e até mesmo ações judiciais por candidatos a uma vaga nas escolas, por professores e escolas. Por outro lado, as academias de ginásticas, campo que deveria merecer a exclusividade da ação fiscalizadora do CREF, dependendo da cidade, tem se mostrado omissos.

Recuperados, assim, brevemente do cenário que envolve as discussões sobre a formação do professor de Educação Física e, de forma mais pontual dos aspectos relacionados às duas habilitações (licenciatura e bacharelado) no âmbito da Educação Física, bem como a ineficácia do Sistema CONFEF/CREF, parece resistir à figura do instrutor leigo que, por sua vez, não passou por um curso de formação na área da Educação Física. Esse fenômeno pode ser percebido, de forma mais acentuada, no campo de intervenção profissional destinado ao bacharel. Isso porque, de acordo com a legislação educacional no país, a escola configura-se como espaço de intervenção exclusiva e garantida ao professor que tenha obtido diploma de formação em curso de licenciatura em Educação Física reconhecido pelo Ministério da Educação e Cultura¹. Nesses termos, ainda que de tempos em tempos sejam divulgadas informações de ações dos CREF's no intuito de fiscalizar e coibir tal prática na referida área de influência, a realidade demonstra que, lamentavelmente, trata-se de uma problemática prevalente em determinados espaços destinados ao bacharel como, por exemplo, nas academias de ginástica. Por vezes essa situação se apresenta com maior intensidade em cidades do interior, nas quais o acesso ao curso de bacharelado em Educação Física é mais difícil.

Ainda que se trate de uma situação na qual se evidencia o exercício ilegal da profissão, a existência de uma parcela considerável de instrutores leigos inseridos em academias de ginástica⁷ remete a um quadro preocupante, no qual se coloca em discussão a atuação profissional em um campo para o qual este sujeito não detém formação inicial específica.

Tem-se que o processo de aprendizagem docente não se limita à formação acadêmico-profissional, na qual são fornecidos conhecimentos teóricos e técnicos para o exercício da docência⁸, mas se complementa pelas experiências (práticas) diretas com o fazer do próprio trabalho, onde se articulam e são produzidos os saberes práticos e, ainda, competências específicas e essenciais ao exercício profissional. De forma pontual, tem-se que os sujeitos desprovidos de formação na área da Educação Física - denominados nesse estudo por instrutores leigos - vivenciam os saberes práticos num campo de atuação profissional em que não possuem uma formação correspondente. Resumindo, poder-se-ia afirmar que, de acordo com Betti e Betti⁹, as reflexões do tipo “Por que eu fiz assim?” ou “com base em que tomei tal decisão?” são exemplos de questionamentos que um profissional formado teria condições de responder. Como afirma Ghilardi¹⁰, o profissional de Educação Física deverá ter a compreensão, em diferentes níveis, do fenômeno movimento humano, suas implicações e adequabilidade para o indivíduo engajado em programas de atividade física. Acima de tudo, esse profissional deverá ser capaz de balizar suas ações na ambiência do trabalho a partir dos pressupostos advindos de pesquisas científicas.

Se comparado a um instrutor habilitado que passou por um curso de formação inicial, um leigo não detém conhecimento científico incorporado ao seu conhecimento prático. Isso leva a pensar que a prática pela prática tem primazia como fundamento desses sujeitos em suas intervenções no âmbito profissional. Nessa perspectiva, subvertendo uma lógica objetivada e instrumental própria da modernidade, tem-se que o exercício da prática irrefletida não mais atende à demanda imposta nos diferentes campos de intervenções na sociedade atual¹¹. Especificamente, no campo da Educação Física, faz-se necessário que o profissional, inicialmente, tenha conhecimento do homem em movimento em

um dado contexto¹⁰ articulando assim os diferentes saberes¹² e, de acordo com as demandas e problemas surgidos na realidade profissional concreta, possa desenvolver as competências específicas¹³ e necessárias a sua atuação em dado setor de trabalho, tomado, neste estudo, as academias de ginástica.

A partir do quadro apresentado, em que se tem o instrutor leigo a atuar no espaço destinado ao bacharel em Educação Física, questiona-se não somente a forma de aquisição, como também o tipo de educação recebida, e, por conseguinte, a qualidade do serviço prestado numa área do saber que se relaciona diretamente à promoção e manutenção da saúde e qualidade de vida buscada por diferentes grupos de pessoas.

Nessa perspectiva, o presente estudo teve como objetivo analisar como o instrutor leigo se relaciona com os saberes necessários para conduzir atividades físicas e esportivas nas academias de ginástica localizadas em cidades do interior do estado de Minas Gerais.

Saberes e atuação profissional

Durante muito tempo, prevaleceu um consenso de que para ensinar bastava conhecer um conteúdo em questão. Tal concepção amparou a ideia de que a experiência adquirida por um indivíduo por meio de experiências práticas lhe garantiria sustentação necessária e suficiente no campo de intervenção. No entanto, os estudos voltados para a área de formação evidenciam que a atuação profissional docente, a partir de uma formação inicial, estrutura-se por sucessivas interações do sujeito cognoscente com diferentes saberes, crenças, habilidades e competências específicas ao longo de sua trajetória docente^{14,15,16,17,18,19,20,21,22}. Essa complexidade inerente à interferência profissional não reside apenas na sofisticação erudita do conhecimento acadêmico, nem tão somente no aprimoramento tecnológico advindo do conhecimento científico, mas na articulação de diversos tipos de saberes e de recursos.

Ao realizar o trabalho de análise dos saberes que alicerçam a atuação do professor, Monteiro¹⁴, Tardif²¹ e Pimenta¹⁸ destacam sua complexidade e afirmam que o processo de aprendizagem profissional do professor alicerça-se sobre três saberes: acadêmicos, pedagógicos e experienciais. Os primeiros correspondem aos saberes científicos e/ou disciplinares e se relacionam às instituições formadoras. A partir de disciplinas como didática, metodologia do ensino, prática de ensino e outras de cunho pedagógico são difundidos os saberes pedagógicos que, por sua vez, se referem à relação que se estabelece entre professor-aluno no decorrer do processo instrucional, capacidade de condução e elaboração de estratégias didático-metodológicas que visem à motivação e ao interesse dos alunos e, finalmente, do emprego eficaz de técnicas ativas de ensinar. Já os saberes experienciais constituem-se no exercício da prática cotidiana da profissão, fundados no trabalho e no conhecimento do meio. São saberes que surgem da experiência prática e são por ela validados a partir de uma íntima articulação com os demais saberes apreendidos pelo sujeito no período em que se encontra no curso de formação inicial. Incorporam-se à vivência individual e coletiva sob a forma de habilidades, de saber fazer. Em sua maioria, são saberes que advêm das instituições de formação. São saberes práticos e não da prática: eles não se aplicam à prática para melhor conhecê-la, eles se integram a ela e são partes constituintes dela enquanto prática docente²¹. No entanto, há que se ressaltar que o domínio desses saberes, que se fazem necessários à atuação do professor, diferencia-se de profissional para profissional em decorrência de fatores ligados às especificidades do campo de atuação, do tipo de formação, bem como à própria subjetividade do sujeito profissional. Dessa forma, os grupos profissionais necessariamente vão se caracterizar como aqueles que detêm um conjunto de conhecimentos (conceituais e de aplicação, teórico e tácito), constituídos a partir dos saberes acadêmico-científicos de sua área, articulados com a realidade prática nos respectivos campos de intervenção¹².

Recuperados, assim, brevemente, os aspectos inerentes à articulação dos saberes apreendidos na fase de formação inicial, torna-se possível avançar um pouco mais na análise da atuação de instrutores leigos que atuam nas academias de ginástica - ambiente de intervenção profissional para o qual esse sujeito não se encontra habilitado -

subjacente aos saberes específicos requeridos nesse campo de trabalho que, a princípio volta-se exclusivamente ao bacharel em Educação Física.

Materiais e métodos

Considerando o fenômeno a ser estudado, a trilha científica das ciências humanas e sociais se mostrou a mais indicada para nortear a averiguação dos objetivos estabelecidos. Este estudo se caracteriza como uma pesquisa de natureza qualitativa na qual, de acordo com Minayo²³, trabalha-se com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Isso corresponde a um espaço mais profícuo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Como instrumento de coleta de dados, foi empregada a entrevista semiestruturada fundamentada nos estudos de Spradley²⁴ que assinala a entrevista com características etnográficas como sendo um evento discursivo, o qual, por sua vez, pode ser descrito pelo modo de conduzir alguns diálogos em ocasiões ou encontros sociais. Nessa perspectiva, o autor entende as entrevistas como uma série de conversações entre amigos, dentro das quais o pesquisador suavemente introduz novos elementos para ajudar os informantes a responder como informantes.

O grupo amostral foi composto por 29 instrutores leigos, dos quais 26 eram do sexo masculino e 03 do sexo feminino. Contudo, após a fase de análise e transcrição das entrevistas, foram considerados os depoimentos de 11 sujeitos (10 do sexo masculino e 01 do sexo feminino) atuantes em academias de ginástica em cidades localizadas nas regiões central e norte do Estado de Minas Gerais. Os motivos que levaram o pesquisador a refutar os dados coletados da referida parcela de participantes que compunha o grupo amostral inicial é aqui explicitada. A definição de instrutores leigos, atuantes em academias de ginástica como grupo amostral da presente investigação, revelou-se tratar de um desafio para o pesquisador. O levantamento inicial nas bases de dados evidenciou a incipiência em termos de produção científica na área específica do fenômeno em questão.

Outro aspecto marcante relacionava-se diretamente à situação ilegal no exercício da profissão em que se encontravam os participantes da pesquisa – instrutores leigos em academias de ginástica. Essa situação acarretava desconfianças por parte do instrutor, os quais estabeleciam associações entre a figura do pesquisador com pessoas vinculadas ao CREF, que estavam ali tão somente para realizar a fiscalização da academia. Nesse sentido, o primeiro passo foi convencê-los de que se tratar de uma pesquisa de natureza acadêmica, sem nenhuma vinculação ao CREF ou outro setor trabalhista. Esse procedimento demandou tempo considerável, haja vista a resistência dos instrutores leigos em participar do estudo. Ainda que os objetivos e natureza da pesquisa tivessem sido minuciosamente explicitados, em algumas academias, foram necessárias até quatro visitas do pesquisador para que fosse possível a realização da entrevista. No decorrer das entrevistas evidenciou-se uma série de elementos nos depoimentos dos participantes que sinalizavam tratar-se de informações duvidosas. Levava-se a crer num esforço por uma parcela dos entrevistados em passar uma imagem que não condizia com a situação atual mostrada pela realidade. Destacam-se alguns exemplos: um dos participantes informou que se encontrava a cursar o curso bacharelado em Educação Física oferecido pelo CREF. Pensou-se tratar-se de um curso de preparação de provisionado. No entanto, após explicitações do entrevistado, não se tratava de um curso de provisionado, mas de um curso regular de bacharelado em Educação Física, o qual o CREF ganhava *status* de instituição de ensino superior. Durante outra entrevista, o participante abriu uma revista de musculação e lia termos técnicos da área da Educação Física e outras informações como nomes de atividades de academias, como se as mesmas correspondessem a si e à sua atuação naquela academia. Diante de fortes indícios que levavam a não veracidade daquelas informações, o pesquisador optou em deixar o participante concluir a entrevista e com isso, evitar constrangimentos do sujeito e com isso, adentrar no mérito da conduta ética que envolve a pesquisa com seres humanos.

Durante as entrevistas, era perceptível a desconfiança por parte dos sujeitos que, na maioria das vezes, relacionavam a figura do pesquisador a uma ameaça iminente à sua situação funcional (irregular) nas academias de ginástica. Mesmo após esclarecimentos dos objetivos e natureza da pesquisa, se fazia necessário, ainda, o convencimento desses sujeitos da não vinculação do pesquisador ao Conselho Regional de Educação Física - CREF na condição de prestador de serviço para aquela entidade.

Para os fins específicos de desenvolvimento desta pesquisa, consideraram-se instrutores leigos, sujeitos sem formação superior em Educação Física (licenciatura e/ou bacharelado), em cursos técnicos na área ou na condição de provisionados^{*32}, atuantes em academias de ginástica. Como procedimento prévio à aplicação da entrevista, os sujeitos foram informados acerca dos aspectos relativos à pesquisa. Momento esse em que foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) acerca do conteúdo da pesquisa realizada, que foi lido e assinado pelos sujeitos participantes deste estudo. Como critérios de inclusão dos sujeitos no grupo amostral da pesquisa foram considerados: instrutores sem formação superior em Educação Física (licenciatura e/ou bacharelado) atuantes em academias de ginástica e, após tomarem ciência dos objetivos e natureza da pesquisa, a assinatura do TCLE. Consideraram-se, como critérios de exclusão, os instrutores que possuíam formação em licenciatura e/ou bacharelado em Educação Física ou outra área afim como, por exemplo, fisioterapia, terapia ocupacional, a recusa da assinatura do TCLE e o não interesse em participar da investigação.

Na fase que procedeu a análise dos dados, após a transcrição das informações contidas nas entrevistas, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo que, de acordo com Bardin²⁵, refere-se a um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Após análise interpretativa dos dados, estes foram categorizados e quantificados a partir da frequência de ocorrência nos depoimentos dos sujeitos.

No decorrer do processo de condução da presente pesquisa, foram respeitadas as diretrizes regulamentadas pela Resolução nº 466/12 da CONEP, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Ouro Preto, ofício CEP Nº. 006/2012, de 1 de fevereiro de 2013.

Resultados e discussão

A discussão dos resultados obtidos desenvolveu-se através da triangulação entre os dados das entrevistas realizadas com os instrutores leigos atuantes em academias de ginástica, a bibliografia relacionada à temática pesquisada e, ainda, as posições assumidas pelo pesquisador da presente investigação. Desta forma, foi possível uma discussão aprofundada das categorias de análise que se encontram organizadas em duas partes: a primeira busca caracterizar os instrutores leigos e aspectos relacionados à sua atuação em academias de ginástica; a segunda parte aborda possíveis formas de aquisição de saberes específicos na atuação de atividades de academia de ginástica pelo instrutor leigo.

O instrutor leigo e os aspectos relacionados à sua atuação nas academias de ginástica

De acordo com os dados levantados, a categoria de instrutores leigos, atuantes em academias de ginástica, encontra-se na faixa etária com média de $23 \pm 3,7$. O tempo de atuação como instrutores gira em torno de $3,7 \pm 3,3$. A maioria dos instrutores (90,9%) possuía formação em nível médio. Com exceção de um que possui o ensino fundamental completo.

O nível de escolaridade dos instrutores levanta algumas questões que merecem atenção: trata-se de uma área de atuação profissional que demanda saberes específicos que, a princípio, são adquiridos ao longo do processo de

formação, que se inicia no curso de bacharelado em Educação Física. Por sua vez, relaciona-se diretamente à promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Para além do aspecto estético, as academias de ginástica compreendem espaços em que as pessoas buscam por serviços relacionados à saúde com caráter eminentemente preventivo, por orientação médica, interesses pessoais e ainda pela conscientização da importância de se manter um estilo de vida ativo^{26,27}. Tal situação expressa o papel desempenhado pelas academias de ginástica, bem como da responsabilidade e competência requerida ao profissional que se encontra à frente dessas atividades físicas para grupos com necessidades cada vez mais específicas.

A presença do instrutor leigo em academias de ginástica é uma realidade que se concentra, na maioria das vezes, em estabelecimentos de pequeno porte. Dentre os fatores que parecem contribuir para esse tipo de irregularidade, encontram-se aqueles relacionados às vantagens para os proprietários no que se refere aos salários pagos, bem como a dificuldade encontrada pelos órgãos encarregados pela fiscalização e acompanhamento das academias, em decorrência do número de estabelecimentos dessa natureza em funcionamento no país.

Dentre os motivos que levaram os sujeitos a atuarem como instrutores em academias de ginástica destaca-se, na maioria dos depoimentos, a identificação com o próprio ambiente enquanto campo de intervenção. Essa identificação relaciona-se diretamente às vivências como praticantes de musculação e atividades físicas coletivas. Por sua vez, tem-se uma categoria demasiadamente jovem que tem como principal pré-requisito para atuar como instrutor não a formação em bacharelado, mas somente o conhecimento advindo das experiências como praticantes de determinadas atividades físicas e esportivas. Ilustra essa afirmativa os depoimentos a seguir.

“Eu praticava exercícios físicos e esportes, comecei a gostar e fui me identificando com a área e surgiu a oportunidade.”

“É um área que eu gosto muito, né. Tive uma oportunidade, recebi uma proposta. E como eu fiz academia há dois anos, fui lá e entrei nessa.”

“Assim eu tinha [...] já tinha treinado [...] treinava há bastante tempo. Ai teve um treinamento e tal, eu participei, ai eles me chamaram e comecei a ingressar nessa área da Educação Física, né.”

Ainda que Tardif e Raymond⁸ tenham afirmado que o processo de aprendizado docente não se limita à formação acadêmico-profissional, mas se complementa pelas experiências vivenciadas diretamente no ambiente específico de trabalho, tem-se aqui uma situação em que a categoria de instrutores analisados não teve acesso aos saberes pedagógicos e científicos, restringindo-se aos saberes da experiência. Toscano²⁷ reforça que a prescrição de uma atividade física se sustenta em três pilares: da experiência, do conhecimento (visão científica) e do que se pode realizar. Tem-se, com isso, comprometida a articulação entre os diferentes saberes obtidos no curso de formação e que, por sua vez, poderiam alicerçar a prática profissional. Em contraste a essa situação, as competências ou qualidades profissionais, a serem desenvolvidas diante do surgimento de situações diferenciadas no ambiente de trabalho, requerem, acima de tudo, práticas e experiências autênticas em contextos reais e reflexão, debate e contraste aberto de saberes profissionais.

Um fato que chamou a atenção na totalidade dos depoimentos dos entrevistados foi o desejo de ingressar futuramente no curso de bacharelado em Educação Física. Trata-se de uma situação que muito poderia contribuir para manter e/ou mesmo contribuir no sentido de elevar o padrão de qualidade dos serviços prestados nas academias de ginástica. Como afirma Antunes²⁸, a fase que corresponde à graduação configura-se de fundamental importância para aquisição e desenvolvimento de habilidades e competências no processo de aprendizagem dinâmica do futuro profissional. Além disso, o profissional de Educação Física, como afirma Toscano²⁷, deve se valer de seu arcabouço pedagógico adquirido durante a formação, para que possa ouvir e compreender as queixas e objetivos de seus alunos e assim orientá-los melhor.

Aquisição de conhecimentos e saberes específicos na atuação de atividades de academia de ginástica pelo instrutor leigo

No processo de aquisição de saberes específicos para a atuação em academias de ginástica, foi relatada pelos sujeitos a participação em cursos, simpósios e demais eventos científicos. Somado a isso, foram mencionadas, ainda, leituras de livros, artigos e vídeos disponíveis na internet.

“Busco sempre mais informação, procuro na internet, nos livros [...]”.

“[...] vou adquirindo conhecimento com a experiência mesmo, aprendendo, olhando vídeos no *Youtube*. Sempre vou tentando estudar o máximo possível com a internet também”.

“[...] fiz um curso que foi do ENAF deste ano de 2013 aqui, eu gostei bastante, muito bom o curso.”

No entanto, fatores observados durante os depoimentos como a linguagem desprovida de termos técnicos da área e o grau de escolaridade dos sujeitos constituem elementos que levam a questionamentos sobre o nível de apreensão de saberes específicos de uma área na qual esses sujeitos não tiveram formação. O núcleo do problema reside no fato desses sujeitos não terem passado por uma formação inicial. Uma vez desprovidos de uma fundamentação científica considerada essencial advinda de áreas como fisiologia do exercício, biomecânica, cinesiologia e outras, esses instrutores buscam uma aprendizagem abstrata de conteúdos teóricos as quais pelas condições que ocorrem não lhes garantem nenhuma interpretação, nenhuma assimilação, enfim, nenhuma intervenção confiável perante as exigências complexas e cambiantes das necessidades dos grupos de pessoas que buscam por esse tipo de serviço nas academias de ginástica.

Geralmente as academias oferecem treinamentos aos seus instrutores. Em seus depoimentos, os entrevistados afirmam que estes treinamentos consistem numa única demonstração, por um instrutor da academia ou convidado (leigo e com formação na área da Educação Física), de uma determinada atividade física.

“[...] a gente já fez treinamento específico para musculação e nas modalidades de aula que a gente está envolvido como *spinning* e aulas de ginástica.”

“[...] tem os treinamentos que a gente tem dentro da academia mesmo ...”.

“[...] os professores vem aqui dar treinamento para a gente com mais frequência, os treinamentos acontecem dentro da academia...”.

Assim, ao término de 40 a 50 minutos de aula, tempo que dura a demonstração, o instrutor leigo é considerado apto para conduzir uma determinada atividade física. Desta feita, percebe-se que o treinamento proporcionado aos instrutores leigos consiste em meras demonstrações práticas por parte por outros instrutores que trabalham com uma determinada atividade. A atuação de um instrutor de academia não pode restringir-se ao binômio aquisição instantânea e reprodução de determinadas atividades físicas esportivas, mas também ao desenvolvimento de sistemas complexos e completos de compreensão e de atuação. Lawson²⁹ entende essa situação como a busca do sujeito por conhecimento operacional ou de trabalho. Trata-se de um conhecimento tácito que decorre de processos de socialização dentro do ambiente profissional aonde um vai aprendendo com outro a partir de tentativas tendo os erros e os acertos como balizadores da eficácia ou não desse tipo de conhecimento. Essa situação evidencia a impossibilidade, por parte desses sujeitos, de revisarem e questionarem as práticas que desenvolvem em sua atividade cotidiana nas academias de ginástica. Essa forma de reconstrução do conhecimento prático foi denominada por Hagger e McIntyre³⁰ processo de teorização prática. Nessa perspectiva, uma vez impossibilitados do exercício de uma reflexão sobre sua própria forma de atuar, à luz das experiências formativas mais relevantes e dos resultados das pesquisas científicas na área mais consistentes, confirma-se um quadro problemático no que se refere à aquisição e desenvolvimento relativamente harmônico e coerente de habilidades, atitudes, valores e pensamento prático desses instrutores.

Nessa perspectiva, ao se considerar a ambiência de formação profissional, o processo de apreensão de saberes e aquisição de competências específicas e necessárias a um tipo de atuação, tem-se aqui uma situação que merece atenção. “[...] a gente fazia isso, mas tinha dificuldades na parte da musculação por que era muito vago.”

Tal situação leva a pensar em um tipo de profissional que se fundamenta na mera reprodução de movimentos aprendidos. Vistas por essa perspectiva tem-se que o conhecimento meramente prático não se mostra suficiente para resolver determinadas situações-problemas que se materializam em momentos, situações, pessoas e recursos que demandam estratégias concretas para uma intervenção adequada e de qualidade. Evitar essa deriva indesejável ocorre, para Betti³¹, que a prática adquire um novo significado quando associada aos conhecimentos teóricos e conteúdos didático-pedagógicos.

Tem-se, com isso, que as habilidades e competências específicas se desenvolvem mediante as ações que o sujeito realiza mediatizadas pelos recursos sobre os quais se apoia.

Conclusões

Diante dos resultados obtidos nesta investigação, é possível afirmar que a análise realizada, a partir da atuação dos instrutores leigos nas academias de ginástica, permitiu colocar no epicentro das discussões os saberes e competências profissionais como proposta desse estudo. A presença do instrutor leigo como protagonista em um campo de intervenção voltado ao bacharel em Educação Física denota uma preocupação que vem despertando reflexão sistemática no âmbito acadêmico desde a regulamentação da profissão. Nesta ambiência, situar as formas de atuação do instrutor leigo nas academias de ginástica traduz-se na preocupação pela qualidade dos serviços prestados em uma área que busca, sobretudo, a promoção da saúde e qualidade de vida das pessoas.

Geralmente, nas discussões sobre formação profissional, o local de trabalho é considerado essencial para a produção de boas práticas a partir da aplicação dos saberes e desenvolvimento de competências específicas. No entanto, tendo as academias de ginástica como *locus* privilegiado, nesta pesquisa os resultados indicaram que a atuação do instrutor leigo e sua relação com os saberes específicos inserem-se numa perspectiva eminentemente limitada a práticas reproduzidas, sem fundamentação teórica e descontextualizadas. Uma situação em que se deparam pessoas sem qualificação em busca de instrução rápida e de fácil aplicação com seus pares que se encontram na mesma situação em termos de instrução. Tal situação pode ser evidenciada, por exemplo, pela forma com que se ocorrem os chamados cursos de formação no interior das próprias academias de ginásticas. O fato de esses instrutores, basicamente com formação em nível médio, fazer uso deliberado da internet para suas pesquisas e tira dúvidas. O conteúdo disponível nos diversos *sites* nem sempre advém de pesquisas científicas. Questiona-se aqui o nível de criticidade e entendimento de informações na área da Educação Física disponibilizado a indivíduos que não passaram por um curso de formação inicial.

Ainda que se perceba um esforço por parte desses sujeitos na busca de saberes visando a sua atuação nas academias de ginástica, é possível afirmar que, nas condições em que isso ocorre, torna-se obscuro prever a eficácia do trabalho desenvolvido por esses instrutores no dia a dia. Nessa perspectiva, corre-se o risco de se ter uma atuação profissional que dista de ser uma atuação consistente e fundamentada nos pressupostos científicos obtidos ao longo do processo de formação que se inicia no curso de formação inicial. Essa poderá converter-se em um ativismo acrítico e a experiência acumulada poderá apenas servir para autojustificar suas próprias ações e desenvolver uma atitude defensiva frente à atuação profissional em uma área para qual não se tenha formado.

O desafio que se coloca é a consideração dessa realidade que se apresenta em muitas academias de ginástica pelo país, o que vem se desenvolvendo lá, bem como as implicações da atuação de um instrutor leigo para com a saúde e bem estar das pessoas que buscam esse tipo de serviço. Ainda que recaia sobre os Conselhos Regionais de Educação

Física a responsabilidade precípua de coibir o exercício ilegal da profissão, o posicionamento crítico das pessoas que frequentam as academias sobre essa realidade encontrada pode se mostrar muito importante no processo de mudanças. Para tanto, destaca-se o papel da Educação Física escolar, no sentido de trabalhar essas questões com os alunos no sentido de construção de uma consciência crítica que não se limite à importância de se manter um estilo de vida ativo, mas também, a qualidade das condições em que devem se efetivar tal estilo.

Por fim, evidenciou-se, na totalidade dos depoimentos dos entrevistados, o desejo e a necessidade de se ingressar no curso de bacharelado em Educação Física. Essa situação confirma o fato, ora defendido neste estudo, de que somente a prática desprovida de fundamentação teórico científica não é suficiente para a atuação profissional eficaz. Isso por acreditar que teoria e prática se configuram como polos que se articulam no subsídio das intervenções do profissional.

Na realização do presente estudo, dada à situação do exercício irregular da profissão dos instrutores leigos, algumas limitações se fizeram presentes como a dificuldade em obter o aceite por parte dos sujeitos em participar das entrevistas que, por sua vez, implicou na necessidade de exaustivos esclarecimentos pelo pesquisador da natureza da pesquisa e de sua não vinculação ao Conselho Regional de Educação Física ou outro órgão fiscalizador e ainda na dificuldade de se trabalhar com grupo amostral maior. Assim, sugerem-se novas investigações sobre o tema, incluindo observação da atuação dos instrutores no ambiente de trabalho, análise aprofundada da qualidade de serviço prestado para os diferentes grupos de pessoas que frequentam as academias de ginástica.

Agradecimentos

Artigo resultante de pesquisa desenvolvida no Laboratório de Estudos Pedagógicos em Educação Física (LEPEF), Centro Desportivo da Universidade Federal de Ouro Preto e teve como órgão financiador a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) no período de maio de 2013 a fevereiro de 2014.

Referências

1. Brasil. Lei 9.394 de 20 de novembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm/ [2013 jun 10].
2. Brasil. Lei 9.696 de 01 de setembro de 1998. Dispõe sobre a regulamentação da Profissão de Educação Física e cria os respectivos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Educação Física. Brasília: Ministério da Educação, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9696.htm/ [2013 jun 10].
3. Brasil. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Resolução nº 7, de 31 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física. Brasília: MEC, 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704edfisica.pdf/> [2013 jun 10].
4. Rossi F, Hunger Dac. Formação acadêmica em Educação Física e intervenção profissional em Academias de Ginástica. Revista Motriz. 2008; 14: 440-451.
5. Krüger LG, Krug HN. Desvelando a atuação profissional em educação física através da percepção da trajetória acadêmica. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. 2006; 5: 77-92.
7. Steinhilber J. Pontos, contrapontos e questões pertinentes à regulamentação do profissional de educação física. Revista Motriz. 1998; 4: 52-63.
8. Tardif M, Raymond D. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. Revista Educação e Sociedade. 2000; 21: 209-244.
9. Betti ICR, Betti M. Novas perspectivas na formação profissional em educação física. Revista Motriz. 1996; 2: 10-15.
10. Ghilard R. Formação profissional em educação física: a relação teoria e prática. Revista Motriz. 1998; 4.
11. Pimenta SG, Ghedin E. Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez; 2012.

12. Tardif M. Saberes profissionais dos professores e conhecimento universitário. *Revista Brasileira de Educação*. 2000; 1: 05-24.
13. Perrenoud P. Dez novas competências para ensinar. Porto Alegre: Artmed; 2000.
14. Monteiro AMFC. Professores: entre saberes e práticas. *Educação & Sociedade* [periódico na internet]. 2001; 22(74). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo/> [2013 jun 10].
15. Nóvoa A. Profissão professor. 2. ed. Porto: Porto Editora; 2003.
16. Nunes CM. Saberes docentes e formação de professores: um breve panorama da pesquisa brasileira. *Educação & Sociedade* [periódico na internet]. 2001; 22(74). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo/> [2013 jun 10].
17. Perrenoud P. Ensinar: agir na urgência, decidir na incerteza. Porto Alegre: Artmed; 2001.
18. Pimenta SG. Saberes pedagógicos e atividade docente. 8. ed. São Paulo: Cortez; 2012.
19. Soriano JB. A constituição da intervenção profissional em educação física: interações entre o conhecimento formalizado e noção de competência. [Tese de Doutorado]. Campinas: Programa de Pós-Graduação em Educação Física. Universidade Estadual de Campinas; 2003.
20. Stroobants M. A visibilidade das competências. In: Ropé F, Tanguy L. (orgs). Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. 1997. Campinas: Papirus; p. 135-166.
21. Tardif M. Saberes docentes e formação profissional. 16. ed. Petrópolis: Vozes; 2011.
22. Tardif M, Gauthier C. O professor como ator racional: que racionalidade, que saber, que julgamento? In: Perrenoud P, Paquay L, Altet M, Charlier E. (orgs.). Formando professores profissionais. Quais estratégias? Quais competências? 2. ed. Porto Alegre: 2001. Artmed; p. 177-201.
23. Minayo MCS. (org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 32. ed. Petrópolis: Vozes; 2012.
24. Spradley JP. The ethnographic interview. Florida: Harcourt Brace Jovanovich, 1979.
25. Bardin L. Análise de conteúdo. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
26. Rufino VS, Soares LFS, Santos DL. Características de freqüentadores de academias de ginástica do Rio Grande do Sul. *Revista Kinesis*. 2000.
27. Toscano JJ. O. Academia de ginástica: um serviço de saúde latente. *Revista Brasileira Ciência e Movimento*. 2001; 9: 40-42.
28. Antunes AC. Mercado de trabalho e educação física: aspectos da preparação profissional. *Revista de Educação*. 2007; 2: 141-149.
29. Lawson HA. Teachers uses of research in practice: a literature review. *Journal of Teaching in Physical Education*. 1993; 12: 366-374.
30. Hagger H, McIntyre D. Learning Teaching from teachers: realizing the potential of school-based in teaching education. Open University Press: England, 2006.
31. Betti M. Por uma teoria da prática. *Revista Motus Corporis*. 1996; 3: 73-127.
32. Conselho Federal de Educação Física. Resolução CONFEEF nº 045/2002. Disponível em: http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=81/ [2014 abr 13].